

## PROCESSO: 2.635/2025

Entendo que, com base na Lei 14.133/21, que é a Agente de Contratação de deve decidir sobre o que objeto de análise nos pareceres jurídicos anexados no evento #6, bem como o parecer jurídico que opinou pelo indeferimento do recurso da empresa **AIR LIQUEDE BRASIL LTDA**, conforme anexado no evento #3.

Dispõe a Lei 14.133/21:

**Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:**

***LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.***

**Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.**

**§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.**

**§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no [art. 7º desta Lei](#), o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente**



***fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.***

***§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. [\(Regulamento\)](#) [Vigência](#)***

Dispõe o Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 96/2022:

***Além das atribuições comuns cometidas aos Chefes de Divisão, definidas no art. 61 desta Lei Complementar, compete ao Agente de Contratação/Pregoeiro:***

***(...)***

***g. Verificar e julgar condições de habilitação;***

***h. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;***

***i. Receber, examinar e decidir recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver a sua decisão;***

***(...)***

Veja-se que no evento #1, a Agente de Contratação pediu parecer jurídico para baseamento de suas decisões e da equipe de apoio, conforme razões que elenca, e no final, em "OBS", esclarece que se baseou e cumpriu o parecer jurídico exarado no processo n. 17.738/2024, evento #5, do Advogado do Município, combinado com o parecer jurídico da Procuradora geral do Município, no evento #6, e que "em nenhum dos dois pareceres houve instrução para esta Divisão de Licitação a dar direito ao contraditório e ampla defesa a empresa Air Liquefe Brasil Ltda".



Informo, conforme restou consignado no parecer jurídico anexado no evento #6, que o contraditório e ampla defesa foram observados no exato momento que a empresa AIR LIQUEDE BRASIL LTDA apresentou recurso e este foi recebido pela Agente de Contratação, restando apenas a sua decisão.

Sendo assim, entendo que, com base no art. 6º, LX c/c art. 8º, caput, e § 3º da Lei 14.133/21 e Anexo II da Complementar Municipal n. 96/2022, que alterou a Lei Complementar Municipal n. 46/2013, e criou o Cargo, entre outros, de Agente de Contratação/Pregoeiro, conforme dispositivos legais acima colacionados, deve a Agente de Contratação apreciar e decidir o recurso apresentado pela empresa **AIR LIQUIDE DO BRASIL LTDA**, com as contrarrazões do recurso apresentado pela empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAS LTDA**, anexados no evento #1, com base nos parecer jurídico que analisou o recurso, anexado no evento #3, além dos pareceres jurídicos anexados no evento #6, considerando que as suas alegações de que **"NÃO ME CONSIDERO APTA A JULGAR"**, considerando ainda que foi a mesma que instaurou o processo administrativo n. 17.438/2024 e recebeu o direito de petição apresentado pela empresa WHITE MARTINS LTDA, tendo este Advogado opinado pelo deferimento, conforme parecer anexado no evento #6.

Portanto, a sua alegação de que, no seu entendimento, que **"o caso em questão, em meu entendimento, gira em torno da ausência do documento de Licenciamento sanitário e que a administração não pode aplicar de forma isolada ou em detrimento de outros princípios, igualmente relevantes e inegociáveis, especialmente em licitações relacionadas à saúde pública o princípio da economicidade. Sendo assim, concordo que a busca de economia é fundamental para a administração pública, mas reitero a importância da certificação da capacidade técnica da empresa para contratar com este órgão.**



**Então, considerando que não houve menção no parecer jurídico quanto à diligência realizada, documento apresentado e informação do setor técnico quanto ao cumprimento, dentro dos princípios legais, envio o presente processo ao Gabinete do Exmo. Senhor Prefeito para deliberação, com a urgência que o caso requer”,** tal posicionamento vai de encontro ao entendimento jurídico adotado pela Procuradoria Geral do Município e pelo próprio Tribunal de Contas da União, e alegar que houve cumprimento do princípio da economicidade, tal vai de encontro ao próprio resultado do certame, quanto às propostas de preço, em que a empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA** apresentou a proposta de preço de **R\$ 2,06**, enquanto a empresa **AIR LIQUEDE BRASIL LTDA** apresentou a proposta de **R\$ 3,89, 47,04%** maior do que o menor preço ofertado, fato que pode gerar um prejuízo ao erário de aproximadamente R\$ 658.000,00, se a contratação perdurar por cinco anos, conforme restou consignado no pareceres jurídicos anexados.

Ressalte-se que a empresa **AIR LIQUEDE BRASIL LTDA**, em seu recurso, e tampouco a Pregoeira, no procedimento licitatório, suscitaram que o valor apresentado pela **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA** é inexecutável, nos termos da Lei 14.133/21.

Logo, a meu ver, o entendimento da Agente de Contratação vai de encontro ao princípio da economicidade, que deve ser perseguido pela Administração Pública, bem como o da competitividade, sob pena de causar prejuízo ao erário.

Dispõe a Lei 14.133/21:

***Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:***



***I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;***

Dispõe O Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 96/2022:

*Além das atribuições comuns cometidas aos Chefes de Divisão, definidas no art. 61 desta Lei Complementar, compete **ao Chefe da Divisão de Licitação:***

***(...)***

***IX. Receber e avaliar recursos e impugnações em conjunto com demais agentes públicos da equipe de apoio de licitação.***

Entendo que, considerando que a Agente de Contratação/Pregoeira se declarou sem aptidão para julgar o recurso interposto pela empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**, com base no parecer jurídico anexado no evento #3 , bem como os anexados no evento #6, que deve o Prefeito, considerando o art. 7º, I da Lei 14.133/21, **designar o Chefe de Divisão de Licitação, juntamente com a equipe de apoio, para avaliar e julgar o recurso apresentado pela empresa AIR LIQUEDE BRASIL LTDA**, juntamente com as contrarrazões ao recurso e com base nos pareceres jurídicos anexados no eventos #3 e #6.

À Procuradora Geral do Município para ciência e parecer que entender cabível e, após, ao GP para decisão do Prefeito.

Em 26 de fevereiro de 2025.

**VICTOR HUGO LAGRECA CASAMASSO**  
**Advogado do Município**  
**OAB/RJ 88801**





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

6D7C92171A3048719CFD1B99F32816A9

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjyriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/6D7C92171A3048719CFD1B99F32816A9>